



Winston Churchill: Um *gentleman*

Mesmo nos dias que correm, Winston Churchill ainda é reconhecido como o homem que liderou a resistência ocidental ao totalitarismo nazi e um dos primeiros a denunciar o totalitarismo soviético. Mas, sobretudo em alguns círculos intelectuais, a sua visão política é desvalorizada e por muitos considerada reaccionária ou ultrapassada. Gostaria de contestar esse entendimento e de sugerir que Winston Churchill foi um representante paradigmático da tradição anglo-americana da liberdade.

O tópico dos intelectuais é, aliás, um bom ponto de partida para abordar a filosofia política de Churchill. Na alvorada do século XX, a maioria dos intelectuais da Europa não sentia grande entusiasmo em relação à democracia ocidental, para não dizer pior. Vale a pena recordar que, em 1904, Winston Churchill deixou a sua bancada do parlamento britânico para se juntar aos liberais. Vinte anos mais tarde, em 1924, voltaria a fazê-lo em sentido contrário, juntando-se novamente aos conservadores. Mas enquanto Churchill trocava de bancada entre dois partidos parlamentares, a maioria dos intelectuais da

Europa atacava a democracia parlamentar e as instituições do mercado. Foi um período durante o qual o funcionamento das instituições políticas europeias, à exceção das britânicas, foi perturbado pela guerra e pelas ideologias revolucionárias.

Os intelectuais tendiam a ser entusiastas fervorosos das marés revolucionárias, fossem da esquerda ou da direita, do comunismo ou daquilo que viria a ser o nacional-socialismo. Os revolucionários apresentavam-se como porta-vozes de um mundo novo. Havia que deixar para trás a inércia da democracia parlamentar e a mesquinhez comercial do capitalismo. A Inglaterra e a América eram vistas como sím-

bolos do velho mundo. Dizia-se que estavam à mercê da “conspiração judaica” e da “plutocracia financeira mundial”. A Inglaterra e a América eram acusadas de resistir ao novo “Estado total” centralizado e inovador introduzido por Mussolini. E, na Europa, muitas pessoas mostravam-se sensíveis às novas tendências: “*Sim, o mundo está a mudar*”, diziam, “*e, tal como o mundo, também temos de mudar*”.

Winston Churchill permaneceu imune à linguagem da revolução e da inovação. Dizia-se que ele era um conservador antiquado que não compreendia os novos tempos. Mas Churchill compreendia os novos tempos. E não gostava daquilo que compreendia.

Churchill era um admirador da tradição liberal do seu país e do Império Britânico. Estudara Macaulay e aprendera que a Revolução Gloriosa de 1688 — a última revolução que houvera em Inglaterra — fora feita com relutância e com o objectivo principal de tornar desnecessárias futuras revoluções.

A linguagem apaixonada da inovação também não o entusiasmava. Churchill estudara Edmund Burke e sabia que o parlamento inglês nascera da resistência contra o “despotismo da inovação” promovido por reis que aspiravam ao poder absoluto. O sistema de Governo e Oposição baseado em partidos parlamentares rivais surgira para acabar com o chamado “governo da corte” que não era obrigado a prestar contas aos contribuintes. Estes governos que não prestavam contas — dissera Edmund Burke — desejavam promover “modelos de perfeição” numa monarquia, que iam muito além da República de Platão. Churchill sabia-o e mostrava-se bastante céptico em relação a modelos de perfeição inovadores. “*Temos de nos precaver contra a inovação desnecessária, especialmente quando é orientada pela lógica*”, disse numa afirmação que ficou famosa, ao responder em 1942 na Câmara dos Comuns a uma proposta no sentido de se alterarem as designações do Ministro da Defesa e do Secretário de Estado da Guerra, por serem títulos ilógicos¹.

Churchill também se mostrava, no mínimo, indifferente à retórica da chamada “vontade geral” que, por alguma razão, era usada tanto pela esquerda revolucionária como pela direita revolucionária. Sabia que a “vontade geral” seria sempre a vontade de uma maioria efémera — ou, o que era ainda pior, de uma minoria activista — e que todas as vontades têm de se sujeitar às limitações dos freios e contrapesos constitucionais. Quanto ao interesse público, pelo qual Churchill tinha o maior respeito, também sabia que não podia ser definido por manifestações de massas. O interesse público devia emergir num regime misto com base na interacção de um princípio monárquico, aristocrático e democrático.

Tudo isto eram elementos fundamentais da tradição política britânica, que Churchill conhecia muito bem. Esta tradição é dificilmente traduzível na linguagem ideológica moderna, tão do agrado do espírito geométrico da Europa continental. Mas Churchill resumiu-a brilhantemente numa passagem em que procurou descrever as convicções políticas de seu pai, Lord Randolph Churchill, que tinha sido uma ilustre parlamentar conservador. Disse Winston Churchill:

“*[Lord Randolph Churchill] não via razão para que as velhas glórias da Igreja e do Estado, do Rei e do país, não pudessem ser reconciliadas com a democracia moderna; ou por que razão as massas do povo trabalhador não pudessem tornar-se os maiores defensores destas antigas instituições através das quais tinham adquirido as suas liberdades e o seu progresso. É esta união do passado e do presente, da tradição e do progresso, esta corrente de ouro, nunca até agora quebrada, porque nenhuma pressão indevida foi exercida sobre ela, que tem constituído o mérito peculiar e a qualidade soberana da vida nacional inglesa.*”²

A AMEAÇA REVOLUCIONÁRIA DE HITLER

E foi por esta razão, por ter assimilado tão profundamente a distintiva tradição política inglesa, que Churchill se apercebeu imediatamente da ameaça revolucionária que representavam tanto o bolchevismo como o nazismo. Em breves penadas, captou a essência dos dois populismos revolucionários. No caso de Hitler, por exemplo, recordou as suas origens modestas e o facto de não ter conseguido entrar para a Academia das Artes em Viena, bem como a sua vida de pobreza em Viena e mais tarde em Munique, por vezes como pintor da construção civil, frequentemente como trabalhador sem emprego fixo. Devido a estas circunstâncias, escreve Churchill,

“*[Hitler] nutria um ressentimento amargo, que ocultava, em relação ao mundo que lhe negara o êxito. Estes reverses não o levaram a ingressar nas fileiras do comunismo. Acalentava cada vez mais um sentimento anormal de lealdade racial e uma admiração fervorosa e mística pela Alemanha e pelo povo alemão. (...) Só e fechado sobre si mesmo, o pequeno soldado reflectia e especulava sobre as possíveis causas da catástrofe [a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial], orientado apenas pelas suas experiências pessoais limitadas. (...) A sua indignação patriótica fundiu-se com a sua inveja dos ricos e afortunados dando origem a um ódio profundo.*”³

É importante recordar estas passagens do livro de Churchill sobre a Segunda Guerra Mundial — e poderíamos citar muitas mais — porque, durante décadas, a propaganda comunista e esquerdista tentou

identificar Hitler com o capitalismo. Churchill nunca cometeu esse erro tremendo. Era nitidamente um defensor do capitalismo – como irei recordar mais adiante – e sabia muito bem que o nazismo e o comunismo pretendiam destruir a economia de mercado. Queriam substituir os mecanismos do mercado e a propriedade privada por uma economia centralizada e militarizada.

No entanto, para isso, a inveja e o ressentimento em relação ao êxito alheio não bastavam – embora fossem, sem dúvida, ingredientes indispensáveis. Era também necessária uma filosofia susceptível de destruir todos os escrúpulos morais, todas as normas de conduta imparciais – as normas que impõem limites à vontade e ao poder de um indivíduo em relação aos outros. Fora esta a filosofia que Nietzsche dera à Alemanha. “*Onde quer que eu encontrasse vida, encontrava vontade de poder*”, dizia o grande filósofo do desespero e da desconfiança – que, curiosamente, é agora venerado pela esquerda.

Winston Churchill apercebeu-se imediatamente de que a vulgata nazi se apropriara do desespero de Nietzsche. E escreveu:

*“A tese fundamental de Mein Kampf era simples. O homem é um animal lutador; portanto, a nação, sendo uma comunidade de lutadores, é uma unidade lutadora. Qualquer organismo vivo que deixe de lutar pela sua existência está condenado à extinção. Um país ou uma raça que deixe de lutar está igualmente condenado. Daí a necessidade de o libertar de corrupções estrangeiras. A raça judaica, por virtude da sua universalidade, é necessariamente pacifista e internacionalista. O pacifismo é o mais mortal dos pecados, pois significa a rendição da raça na luta pela existência. O primeiro dever de todos os países consiste, portanto, em nacionalizar as massas. O objectivo último da educação é produzir um alemão que, com um mínimo de treino, possa ser convertido num soldado.”*⁴

A “QUESTÃO SOCIAL”

Mas deixemos por agora as opiniões de Churchill sobre o nazismo, a que voltarei adiante. Passemos à chamada “questão social”, a questão que dominou a propaganda nazi e comunista contra as democracias ocidentais. Um ponto que é importante recordar des-

Churchill era extremamente sensível às condições sociais dos pobres e aliava esta preocupação social à defesa da economia de mercado.

de já é que Churchill era extremamente sensível às condições sociais dos pobres e que aliava esta preocupação social à defesa da economia de mercado. Segundo o seu biógrafo oficial, o nosso bom amigo Sir Martin Gilbert, o que terá despertado a atenção de Churchill para a questão social talvez tenha sido um jantar em 1901, no clube Athenaeum, com o político liberal, John Morley, que lhe deu um exemplar de um livro recente escrito por Seebohm Rowntree sobre as condições de vida em York. Numa carta dirigida a um outro deputado conservador doze dias mais tarde, Churchill escreve:

*“Tenho estado a ler um livro escrito pelo Sr. Rowntree intitulado Poverty, que me tem impressionado muito e cuja leitura lhe recomendo vivamente. Os números que apresenta revelam claramente que o trabalhador americano é uma criatura mais forte, maior, mais saudável, mais bem alimentada e, conseqüentemente, mais eficiente do que grande parte da nossa população, e trata-se decerto de um facto que os nossos imperialistas, que não pensam senão em acumular armamentos, impostos e território, não devem perder de vista. Pessoalmente, não vejo grande glória num Império que consegue dominar os mares e não consegue tratar os seus esgotos.”*⁵

As questões da reforma social e do comércio livre – duas questões a que os conservadores se opunham – levariam Churchill a abandonar o Partido Conservador e a juntar-se aos liberais em 1904. Nos anos que se seguiram, como membro de governos liberais, Churchill promoveu várias reformas sociais importantes que atraíram a atenção de dois dirigentes socialistas da Fabian Society, o famoso casal Sydney e Beatrice Webb. “Um dos grandes acontecimentos dos últimos dois anos”, escreve Beatrice Webb no seu diário em 1910, “é que Lloyd George e Winston Churchill praticamente eclipsaram não só os seus próprios colegas mas o próprio Partido Trabalhista. Destacam-se como os mais avançados políticos”. E manifestou até o receio de alguns jovens membros da Fabian Society virem a “tornar-se adeptos destes dois dirigentes radicais”.

O que Beatrice Webb não compreendia na altura era que Churchill não tinham nada em comum com o socialismo como uma ideologia que pregava a igualdade e o controlo estatal. Defendia que se devia garantir um nível de vida mínimo, e não que se devia promover a igualdade. Falando em Glasgow no Outono de 1906, Churchill explica:

*“Não quero retirar vigor à concorrência, mas há muito que podemos fazer para atenuar as conseqüências do fracasso. Queremos traçar uma linha abaixo da qual não permitiremos que as pessoas vivam e trabalhem, mas acima da qual poderão competir com toda a força da sua virilidade. Não queremos deitar abaixo a estrutura da ciência e da civilização – mas sim estender uma rede sobre o abismo.”*⁷

Churchill chamava a esta rede sobre o abismo “O Nível Mínimo”. Incluía “níveis mínimos de vida e de salário, de segurança contra a possibilidade de cair na ruína devido a um acidente, a uma doença ou à fragilidade de carácter, e de concorrência em sentido ascendente mas não descendente”.⁸ Seria uma rede de segurança promovida pelo Estado “por baixo (a um nível inferior) do enorme tecido desconjuntado de salvaguardas e seguros sociais que se formou por si em Inglaterra, mas não para o substituir”.⁹ Este sistema não devia, porém, desincentivar o trabalho esforçado porque, tal como Churchill afirma:

*“Não se deve ter pena de ninguém por ter de trabalhar esforçadamente, porque a natureza inventou uma recompensa especial para o homem que trabalha esforçadamente. Proporciona-lhe um contentamento adicional, que lhe permite obter num breve momento, com base em prazeres simples, uma satisfação que o ocioso social procura em vão ao longo de vinte e quatro horas.”*¹⁰

A TIRANIA BOLCHEVISTA

A ideia do nível mínimo viria, portanto, a tornar-se inteiramente distinta do socialismo e do comunismo, a que Churchill se oporia sempre vigorosamente. Em Janeiro de 1920, Churchill apresentou a sua opinião sobre a tirania bolchevique:

“Acreditamos no governo parlamentar exercido em conformidade com a vontade da maioria dos eleitores, determinada constitucional e livremente. Eles pretendem derrubar o parlamento através da acção directa ou por outros meios violentos... e, depois, governar as massas da nação de acordo com as suas teorias, que nunca foram aplicadas com êxito, e por intermédio de grupos de políticos auto-eleitos ou panelinhas de adeptos.

*Eles pretendem destruir o capital. Nós pretendemos controlar os monopólios. Eles pretendem erradicar a ideia da propriedade individual. Nós pretendemos utilizar o grande trampolim da iniciativa humana como meio de aumentar o volume de produção em todos os sectores e partilhar os seus frutos de uma maneira muito mais ampla e equitativa entre milhões de agregados familiares. Defendemos a liberdade de consciência e a igualdade religiosa. Eles pretendem destruir todos os tipos de crença religiosa que têm constituído uma consolação e inspiração para a alma humana.”*¹¹

Churchill percebeu desde o início que o objectivo do bolchevismo (como sempre lhe chamou) era a revolução mundial e expôs muito claramente a sua posição: “O objectivo bolchevique da revolução mundial é um objectivo que se pode tentar alcançar tanto em paz como em guerra. Na verdade, a paz bolchevique é apenas uma outra forma de guerra. Se não estão de momento a tentar dominar com exércitos, podem minar com propaganda”.¹² Esta posição levou Chur-



chill, cada vez mais, a opor-se à ascensão do Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, não só devido às suas propostas socialistas mas também, e talvez principalmente, devido à sua atracção pela União Soviética. “Um governo trabalhista”, escreveu numa carta dirigida ao *The Times* em Janeiro de 1924, lançaria “uma sombra escura e maléfica sobre todas as formas de vida nacional”.¹³ Três dias mais tarde, quando o Partido Liberal se juntou aos trabalhistas no intuito de derrotar os conservadores e fazer de Ramsay MacDonald, líder do Partido Trabalhista, o novo Primeiro-Ministro, Churchill voltou para o Partido Conservador. Na altura afirmou que só este partido oferecia uma base suficientemente forte para conseguir “a derrota efectiva do socialismo”.¹⁴

Doze anos mais tarde, em 1936, Churchill reafirmou a sua firme oposição ao comunismo e ao nacional-socialismo dizendo que “entre as doutrinas do Camarada Trotsky e as do Dr. Goebbels deve haver espaço para cada um de nós, e mais umas quantas pessoas, cultivarmos as nossas próprias opiniões”. Nesse mesmo ano, num discurso contra as tiranias nazi e bolchevique proferido em Paris, Churchill exprimiu com clareza e vigor a sua repulsa pelo despotismo:

“Como poderemos nós, criados como fomos num clima de liberdade, tolerar ser amordaçados e silenciados; ter espões, bisbilhoteiros e delatores a cada esquina; deixar que até as nossas conversas privadas sejam escutadas e usadas contra nós pela polícia secreta e todos os seus agentes e sequazes; ser detidos e levados para a prisão sem julgamento; ou ser julgados por tribunais políticos ou partidários por crimes até então desconhecidos do direito civil?

Como poderemos tolerar ser tratados como rapazi-nhos quando somos homens adultos; ser obrigados a des-filar às dezenas de milhares entoando esta ou aquela pa-lavra de ordem; ver filósofos, professores e autores serem intimidados e obrigados a trabalhos forçados até à morte em campos de concentração; ser forçados a todo o mo-mento a esconder o funcionamento natural do intelecto humano e a pulsação do coração humano? Pois eu afirmo que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para não termos de nos submeter a tal opressão.”¹⁵

RESISTIR À TIRANIA

Winston Churchill fez tudo o que estava ao seu al-cance para não ter de se submeter a tal opressão. No seu primeiro discurso como Primeiro Ministro na Câmara dos Comuns, a 13 de Maio de 1940, enquanto ainda estava a formar o seu Governo, Churchill anun-ciou o seu programa de resistência em palavras que ficaram célebres:

“Nada tenho a oferecer senão sangue, esforço, lágrimas e suor. Temos perante nós uma ameaça da mais gra-ve natureza. Temos perante nós muitos, muitos longos meses de combate e sofrimento. Perguntam-me, qual é a nossa política? Eu direi que é a de fazer a guerra, por mar, terra e ar, com todo o nosso poder e com toda a força que Deus nos deu; fazer a guerra contra uma monstruosa tirania, nunca ultrapassada no lamentável catálogo do crime humano. Esta é a nossa política... Perguntam-me, qual é o nosso objectivo? Posso responder numa palavra: é a vitória. Vitória a todo o custo, vitória apesar de todo o terror, a vitória, por mais longo e árduo que o caminho possa ser; porque, sem vitória, não há sobrevivência.”¹⁶

Menos de um mês depois, a 4 de Junho, Churchill voltaria ao Parlamento, um dia após a evacuação com êxito de 224,318 soldados ingleses e 112,172 soldados franceses de Dunkirk. Churchill considerou Dunkirk um milagre, confessando nunca ter esperado con-seguir evacuar mais de 20 ou 30 mil soldados. Mas alertou para que “devemos ser muito cautelosos em não atribuir a esta operação os atributos de uma vi-tória. As guerras não se ganham com evacuações.” E foi neste contexto que ele proferiu o célebre discurso no Parlamento:

“Apesar de largas partes da Europa e muitos velhos e famosos Estados terem caído ou poderem cair nas garras da Gestapo e de todo o odioso aparato do poder Nazi, nós não vacilaremos.

Iremos até ao fim. Combateremos em França, com-bateremos nos mares e nos oceanos, combateremos nos ares com crescente confiança e crescente força, defende-remos a nossa ilha, qualquer que seja o seu custo.

Lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de ater-ragem, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas montanhas; nunca nos renderemos.

E se, o que não acredito por um momento que seja,

esta ilha ou uma larga parte dela fosse subjugada e con-denada à fome, então o nosso Império para além dos mares, armado e guardado pela Armada Britânica, con-tinuará a luta até que, quando Deus quisesse, o Novo Mundo, com todo o seu poder e força, avançasse para salvar e libertar o Velho.”¹⁷

GOVERNO LIMITADO

Gostaria agora de sugerir que a principal razão pela qual Churchill se opunha ao comunismo e ao nazismo não era, fundamentalmente, uma questão de doutrina ideológica. Não contrapunha ao comunis-mo e ao nazismo uma doutrina sistemática rival. O que chocava Churchill era precisamente a ambição, tanto do nazismo como do comunismo, de reorga-nizar a vida social de cima para baixo, impondo aos modos de vida existentes um plano dedutivo baseado numa ideologia total. No cabo Hitler, no ex-comu-nista Mussolini e nos ideólogos comunistas Lenine e Estaline, Churchill via o fanatismo grosseiro de homens que queriam demolir todas as barreiras ao exercício irrestrito da sua vontade: as barreiras do governo constitucional, da religião judaico-cristã, do cavalheirismo, das liberdades civis, políticas e econó-micas, da propriedade privada, da família e de outras instituições descentralizadas da sociedade civil.

Numa mensagem dirigida ao povo italiano em 1944, Churchill apresentou sete “maneiras práticas, bastante simples” de reconhecer a liberdade no mun-do moderno. Vou recordá-las, pois continuam a ser muito válidas hoje:

“Existe liberdade de expressão de opiniões e de oposição e crítica ao governo que se encontra no poder?”

Os cidadãos têm o direito de destituir um governo que considerem censurável e estão previstos meios cons-titucionais de manifestarem a sua vontade?

Existem tribunais que estão ao abrigo de violência por parte do executivo ou de ameaças de violência popular e sem nenhuma ligação com partidos políticos específicos?

Poderão esses tribunais aplicar leis claras e bem es-tabelecidas que estão associadas, na mente das pessoas, ao princípio geral da dignidade e da justiça?

Há equidade para pobres e para ricos, para os cida-dãos comuns e para os detentores de cargos públicos?

Existe a garantia de que os direitos dos indivíduos, ressalvadas as suas obrigações para com o Estado, serão mantidos, afirmados e enaltecidos?

Está o simples camponês ou operário, que ganha a vida trabalhando e lutando diariamente para sustentar a sua família, livre do receio de que uma qualquer organi-zação policial sinistra controlada por um único partido, como a Gestapo, criada pelos partidos nazi e fascista, lhe bata à porta e o leve para a prisão ou para ser sujeito a maus-tratos sem um julgamento justo e público?”¹⁸

Esta longa citação mostra, a meu ver, que a ques-

tão crucial para Churchill, tal como para a centenária tradição inglesa da liberdade exercida dentro da lei, era que o poder político não deve prevalecer sobre os modos de vida espontâneos e reais das pessoas.

O ESPÍRITO INGLÊS

Creio que esta é uma mensagem crucialmente importante e actual, com a qual as nossas democracias liberais contemporâneas deviam aprender. Em meu entender, assistimos hoje, nas nossas democracias, a uma espécie de guerra cultural contra os chamados padrões morais tradicionais e os chamados modos de vida tradicionais. Políticos, intelectuais e actores mediáticos não se cansam de dizer que querem libertar-nos do alegado jugo imposto pela moral cristã, a vida familiar e a busca hierárquica da excelência na educação. Todos aqueles que se atrevem a resistir a estes objectivos alegadamente libertadores são acusados de conservadores e até de autoritários – numa palavra, de anti-democratas. De acordo com este ponto de vista, ser democrata, hoje em dia, quereria dizer ser contra a religião – especialmente a religião judaico-cristã – e ser a favor dos casamentos homossexuais, do aborto gratuito a pedido, da pornografia na televisão e, em termos gerais, a favor do relativismo moral. Finalmente, ser democrata quereria dizer ser a favor de ensinar tudo isto aos filhos dos outros através de um sistema educativo estatal, cuidadosamente protegido da concorrência e da escolha das famílias.

O meu palpite é que Winston Churchill ficaria chocado e revoltado com esta tentativa autoritária de redesenhar a partir do topo as nossas instituições descentralizadas e os nossos modos de vida. E ele ficaria indignado com o facto de esta tentativa estar a ser feita por uma auto designada elite, central e altamente centralizada, que repete insistentemente ser anti-elitista e muito liberal. Em meu entender, não é nada liberal e é muito autoritária.

É autoritária, em primeiro lugar, porque está a tentar capturar o conceito e o ideal de democracia para um ponto de vista particular. Por outras palavras, está a ser dito que a democracia já não é um sistema imparcial de regras para limitar o governo e obrigá-lo a prestar contas aos contribuintes. Em vez disso, dizem-nos que a democracia seria um projecto político e filosófico particular que dá ao governo e às burocracias centrais – designadamente as burocracias educativas – o direito de mudar os modos de vida das pessoas de acordo com esse projecto político particular. Aqueles que resistem a este projecto de engenharia social são acusados de ser contra a democracia e os tempos modernos – tal como Churchill foi acusado de ser antiquado e contrário aos ventos da história.

Para Churchill, a liberdade e a democracia dizem em primeiro lugar respeito à protecção dos modos de vida espontâneos e realmente existentes das pessoas.

Então e agora, curiosamente, estes alegados ventos da história precisam de uma burocracia centralizada para se concretizarem. Este é um paradoxo que já estava patente nos tempos de Churchill: estes ventos da história não são capazes de confiar nos indivíduos livres e nas suas espontâneas e descentralizadas instituições – tais como as famílias, as igrejas ou as escolas independentes – nem na sua evolução espontânea. Estes ventos da história têm de ser implementados por burocracias centrais e por legislação que muito frequentemente não é adequadamente submetida ao escrutínio popular.

Em meu entender, não deveríamos recuar a estas políticas de engenharia social. E deveríamos resistir-lhes como defensores comprometidos da liberdade e da democracia, tal como Winston Churchill as entendia. Deveríamos ser capazes de recordar que, para Churchill, a liberdade e a democracia dizem em primeiro lugar respeito à protecção dos modos de vida espontâneos e realmente existentes das pessoas. Estes modos de vida são o habitat natural de pessoas reais, que os herdaram dos seus antepassados e os legarão aos seus descendentes. Neste diálogo espontâneo entre as gerações, estes modos de vida são gradualmente adaptados às novas circunstâncias, de forma a torná-los mais convenientes. Mas não podem nem devem de modo algum ser reformulados pela vontade arbitrária de um único poder. Os cidadãos, como indivíduos ou pessoas, têm precedência sobre os governos, cuja principal finalidade é proteger a sua vida, liberdade e propriedade.

Churchill exprimiu esta atitude de forma particularmente viva ao recordar a filosofia política de Sir Francis Mowatt, um alto funcionário público que servira tanto Gladstone como Diasraeli, os dois líderes rivais da Inglaterra vitoriana:

“Ele representava a completa visão vitoriana triunfante da economia e das finanças: estrita parcimónia; contabilidade exacta; comércio livre, independentemente do que o resto do mundo pudesse fazer; governo suave e firme; evitar as guerras; apenas pagamento das dívidas, redução dos impostos e poupança; quanto ao resto – ao comércio, indústria, agricultura, vida social – laissez-faire e laissez-aller. Deixemos que o Governo se reduza e reduza as suas exigências sobre o público ao mínimo; deixemos que a



nação viva de si própria; deixemos que a organização social e industrial tome o curso que quiser, sujeita às leis da terra e aos Dez Mandamentos. Deixemos que o dinheiro frutifique nos bolsos das pessoas.”¹⁹

Neste sentido, Winston Churchill era fundamentalmente um intérprete e um herdeiro daquilo que o historiador A. L. Rowse denominava “o espírito inglês”. A principal característica deste espírito é a ausência de angst ou de ennuí.

“No centro do espírito inglês está a felicidade, uma fonte profunda de contentamento com a vida, o que explica o mais profundo desejo do inglês, o de ser deixado em paz, e a sua vontade de deixar os outros em paz desde que eles não perturbem o seu repouso.”²⁰

Tal como dizem Bagehot e Oakeshott, é uma disposição para usufruir, um sentimento interior de felicidade, de celebração da vida, é a consciência de que é um privilégio poder usufruir de um modo de vida próprio, que nos é familiar e que não foi imposto do exterior. É uma atitude de cepticismo em relação a aventuras políticas, a modas intelectuais e a todo e qualquer especialista que afirme saber organizar melhor a nossa educação, a nossa cultura e a nossa vida espiritual. Numa palavra, é uma disposição para desfrutar a liberdade — e para defendê-la a todo o custo.

* Versões anteriores deste capítulo, em língua inglesa, serviram de base a uma palestra realizada no British Council em Lisboa, a convite de Paulo Lownes Marques, Presidente da British Historical Society of Portugal, 24 de Março de 2006, e no Campus FAES 2006, em Madrid, a 5 de Julho de 2006, a convite do Presidente José Maria Aznar. Agradeço a tradução para Português pela Dra. Mariana Pardal Monteiro. Versões anteriores foram apresentadas no Instituto de Estudos Superiores Militares, na Escola Naval e na Associação de Comandos.

¹ Colin Coote e Denzil Batchelor (eds.) *Winston S. Churchill's Maxims and Reflections* (Nova Iorque: Barnes & Noble Books, 1992), p. 167.

² Winston S. Churchill, “Personal Contacts”, in *Thoughts and Adventures*, (London: Thornton Butterworth, Ltd, 1934), p. 52.

³ Winston Churchill, *The Second World War*, (Londres: Penguin Books, 1989), p. 24.

⁴ Winston Churchill, *Op. Ci.* p. 26.

⁵ Martin Gilbert, *Churchill's Political Philosophy*, (Londres: The British Academy/Oxford University Press, 1981), p. 27.

⁶ A. L. Rowse, *The Later Churchills* (Harmondsworth: Penguin Books, 1971), p.393 (sublinhados do original).

⁷ Discurso de 11 de Outubro de 1906, reeditado in Winston S. Churchill, *Liberalism and the Social Problem* (Londres 1909) e citado in Martin Gilbert, *Op. Cit.*, p. 43.

⁸ Carta dirigida em 4 de Janeiro de 1908 a Arthur Wilson Fox, Churchill, volume de documentos 2, p. 759, citado in Martin Gilbert, *op. cit.*, p. 44.

⁹ The Nation, 7 de Março de 1908, citado in Martin Gilbert, *op. cit.*, p. 44.

¹⁰ Câmara dos Comuns, 6 de Julho de 1908, citado in Martin Gilbert, *op. cit.*, pp. 45-6.

¹¹ Discurso proferido em Sunderland em 1 de Janeiro de 1920, citado in Martin Gilbert, *op. cit.*, pp. 76-7.

¹² *Evening News*, 28 de Julho de 1920, citado in Martin Gilbert, *op. cit.*, pp. 77-8.

¹³ Martin Gilbert, *Churchill: A Life* (Londres: Heinemann, 1991), p. 460.

¹⁴ Martin Gilbert, *op. cit.*, p. 462.

¹⁵ Discurso de 24 de Setembro de 1936, citado in Martin Gilbert, *op. cit.*, pp. 97-8.

¹⁶ Discurso no Parlamento de 13 de Maio de 1940, citado por Martin Gilbert, *Winston Churchill's War Leadership*, (New York: Vintage Books, 2004), pp. 38-9.

¹⁷ Discurso no Parlamento a 4 de Junho de 1940, citado por Martin Gilbert, *Winston Churchill: A Life* (London: Heinemann, 1991), p. 656.

¹⁸ Citado em Martin Gilbert, *op. cit.*, p. 111.

¹⁹ Winston S. Churchill, “Personal Contacts”, in *Thoughts and Adventures*, (London: Thornton Butterworth, Ltd, 1934), p. 54.

²⁰ A. L. Rowse, *The English Spirit: Essays in History and Literature* (London: Macmillan, 1945), p. 36.